

Não chega a ser novidade o fato de que três economistas de renome, como Rüdiger Dornbusch, do MIT, Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central, e Daniel Dantas, do Banco Opportunity, tenham centrado suas intervenções em seminário internacional de economia semana passada em São Paulo na lentidão do ajuste fiscal.

Quando ainda era ministro da Fazenda e estava reunindo a equipe de economistas que deram forma e meios ao Plano Real, Fernando Henrique Cardoso sempre destacava como premissa básica para o êxito de qualquer plano de estabilização a realização de forte ajuste fiscal. Quase dois anos depois, apesar do êxito da estabilização até aqui, a questão fiscal continua na ordem do dia, por falta do ajuste.

Foi isso, basicamente, o que disseram Dornbusch, Pastore e Dantas, com a ênfase que cada um deu a determinado aspecto do Plano Real. Não pode haver surpresa nem motivos para se temer pelo plano de estabilização de uma hora para outra, como pode parecer a primeira leitura dos resumos da palestra de Dornbusch, explicitada em entrevista exclusiva ao **JORNAL DO BRASIL**.

A rigor, nenhum dos economistas fez críticas ao Plano Real ou condenou-o inapelavelmente ao malogro. Todos reconheceram que o Real foi mais bem concebido e implementado que os planos econômicos anteriores, mas advertiram que a falta de ajuste fiscal de envergadura e duradouro pode conduzi-lo ao mesmo destino inglório dos precursores.

Embora a platéia do seminário fosse cons-

tituída de economistas e de executivos da área financeira ou empresarial, as observações dos três economistas estavam viradas para Brasília. Não propriamente sobre o governo ou a equipe econômica. Há uma semana, o próprio presidente da República ouviu diretamente de um grupo eclético de economistas brasileiros advertências semelhantes sobre a questão fiscal.

O nó da política econômica só poderá ser desatado pelo Congresso. Enquanto os políticos não tomarem consciência de que os eleitores os mandam para Brasília para defendê-los da sanha tributária do Estado, que é a consequência do inchaço da administração pública, do clientelismo e da corrupção, e a matriz do processo inflacionário, o Brasil (e todo e qualquer plano econômico) ficará dependente da área fiscal. E a economia condenada a um crescimento mais modesto por falta de autonomia de voo, devido à ausência de horizonte fiscal definido.

A questão é clássica e já fez história política no país desde o começo dos anos 50, quando Eugênio Gudin quis repetir Campos Salles e tentou estabilizar a economia no breve governo de Café Filho, mediante forte austeridade fiscal. Todas as tentativas posteriores malograram exatamente porque a classe política recusou-se a assumir responsabilidades e abdicar de promessas demagógicas à custa do dinheiro público, que vem do bolso do contribuinte. Já era tempo de que o Congresso aprendesse que não há almoço grátis, nem bem que sempre dure.